

Capacitação

Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras Públicas e Serviços de Engenharia sob as Regras da Lei Nº 14.133/2021

06 e 07 de agosto de 2026

Carga horária: 16h

Horário 8:30 às 12:30 | 14:00 às 18:00

Online - Plataforma Zoom

Objetivo do curso:

- Preparar os servidores envolvidos para o planejamento, a realização do certame licitatório e a execução contratual das obras e serviços de engenharia, obedecendo as regras da nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Professor



Paulo Reis

O Professor Paulo Reis é Engenheiro Civil e Advogado, com mais de 40 anos de atividades na administração pública brasileira, especialmente em processos de contratação de obras, bens e serviços.

Exerceu por 10 anos a função de Presidente do Comitê de Licitações do Banco da Amazônia tendo sido, também, Pregoeiro da instituição pelo prazo de 4 anos. Foi Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Coordenador de Controle Interno da SEMEC. É Professor, aposentado, da Universidade Federal do Pará.

Doutrinador na área de licitações e contratos da administração pública, é autor dos livros OBRAS PÚBLICAS - MANUAL DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO e SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - UMA FORMA INTELIGENTE DE CONTRATAR. É coautor dos livros LICITAÇÕES PÚBLICAS - HOMENAGEM AO JURISTA JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS e 101 DICAS SOBRE O PREGÃO

Conteúdo Programático

I. Legislação Envolvida

- Conceito e finalidade;
- O planejamento na contratação de obras públicas;
- Elaboração do instrumento convocatório; cautelas a serem observadas; obrigatoriedades e vedações;
- Servidores que deverão participar do processo;
- Discussões na fase preparatória: participação dos especialistas das áreas técnicas e jurídica.

II. Tipos de Contratos de Engenharia

- Formas e regimes de execução de obras: como podem ser classificadas os regimes; características de cada regime; possibilidade de utilização; implicações do regime definido na licitação e na fiscalização da execução contratual; disposições legais; jurisprudência do TCU;
- Tipos de contratos: contratos de escopo; contratos de prazo; contratos de obras; contratos de serviços; contratos de serviços contínuos com e sem dedicação exclusiva de mão de obra; contratos com obrigações de resultado; contratos com obrigações de meio; contratos de eficiência, contratos com remuneração variável.

III. Elaboração dos Documentos Técnicos, Anexos Obrigatórios do Instrumento Convocatório

- Importância do projeto básico na gestão e fiscalização dos contratos de engenharia;
- Estudos Técnicos Preliminares, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo: diferenças, obrigatoriedades;
- O cronograma físico-financeiro e o eventograma;
- O Termo de Referência e sua utilização nas contratações de obras e serviços de engenharia.

IV. As Regras do Edital e Seus Impactos

- Cumprimento das disposições da Lei nº 14.133, de 2021, devidamente adaptadas para a engenharia;
- As novidades da Lei nº 14.133/2021 na contratação de obras públicas;
- Elaboração do orçamento estimado: obrigatoriedade de definição dos preços unitários e global; o uso de referenciais oficiais e as alternativas legais; conteúdo e definição do percentual do BDI; custos máximos, preços máximos e BDI máximo;
- Cronograma físico-financeiro: limites máximos de valor por etapa.

V. Gestão e Fiscalização do Contrato e das Suas Condições Gerais

- Contrato administrativo: conceito;
- Formalização do contrato administrativo;
- As cláusulas essenciais;
- Convocação para assinatura;
- Recusa da execução após a assinatura do contrato;
- Publicidade como condição de eficácia;
- Prazos de vigência e de execução: a melhor interpretação das disposições legais para as obras e os serviços de engenharia; obrigatoriedade de estabelecimento formal;
- Prorrogação dos prazos contratuais: hipóteses legais; prorrogação do prazo de execução; prorrogação do prazo de vigência; os contratos com vigência indeterminada;

- Fiscalização da execução do contrato: designação obrigatória dos Fiscais e do Gestor; Comissão de Fiscalização; Fiscal da obra e Fiscal do contrato; vedações impostas pelo Princípio da Segregação;
- Possibilidade de contratação de acompanhamento da fiscalização, inclusive o autor do projeto arquitetônico; responsabilidades da fiscalização e dos terceiros;
- Atuação do gestor e dos fiscais: regras básicas; respeito ao limite de competência; obrigação da formalização das determinações; utilização do Livro de Ordem (Diário de Obras);
- Possibilidade de responsabilização dos fiscais por inexecução deficiente dos contratos de obras e serviços de engenharia;
- A presença obrigatória do preposto do contratado; a questão do responsável técnico; exigência de engenheiro residente;
- As regras genéricas do Decreto nº 7.983, de 2013 quanto à fiscalização de contratos de obras;
- Diferenças fundamentais na atuação da fiscalização nas obras contratadas por empreitada por preço global e por empreitada por preço unitário; vinculação expressa ao cronograma físico-financeiro; como devem ser feitas as “medições” em cada uma das hipóteses; obrigatoriedade do cumprimento rigoroso da documentação técnica dos projetos;
- Possibilidade da realização de pagamentos antecipados por materiais e equipamentos postos no canteiro; posicionamentos dos Tribunais de Contas;
- Alterações contratuais: acréscimos e supressões; alterações quantitativas e alterações qualitativas; a mais recente interpretação; como calcular os respectivos limites; obrigatoriedade da formalização de aditivo; cautelas a serem obrigatoriamente observadas quando da elaboração de orçamento para alterações; regras em relação ao BDI;
- Cautelas em relação ao “jogo de planilhas”; vedação à “química”, de acordo com a jurisprudência do TCU;
- Equação econômico-financeira: manutenção do equilíbrio; hipóteses de reajustamento e de revisão; regras para o reajustamento dos preços contratados; índices a serem adotados e forma de contagem da anualidade;
- A questão da subcontratação: quando e como pode ser admitida; quais os documentos que podem ser exigidos do subcontratado;
- Acompanhamento dos prazos contratuais;
- Cuidados a serem observados no pagamento de faturas: o novo regramento; a mais recente jurisprudência;
- As garantias que podem ser exigidas; cautelas em relação ao seguro-garantia e à fiança bancária; os limites percentuais das garantias de obras; a cláusula de retomada e suas consequências;
- Recebimento provisório e definitivo da obra: cautelas; segregação dos encarregados; prazos;
- Inexecução do contrato;
- Responsabilidades do contratado;
- Devido processo legal;
- Sanções que poderão ser aplicadas: efeitos da aplicação;
- Rescisão contratual;
- Responsabilidades do contratado após o recebimento definitivo: prazos legais; condições a serem obedecidas; cautelas a serem observadas por parte da administração.

Investimento

R\$ 1.990,00

Telefone: 61 3546-4468

WhatsApp: 61 99558-7977

E-mail: contato@licitacaocontrato.com.br

Formas de Pagamentos e Dados Institucionais

A contratação e o pagamento serão realizados em nome de **PORTAL L&C CURSOS E CAPACITAÇÃO LTDA.**, empresa inscrita no CNPJ/ME nº 38.056.454/0001-57, com Inscrição Estadual nº 0799631500190. Os dados bancários são os seguintes:

Banco: 104 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

AG: 0002-7

C.C: 580865343-2



Apresentação de diversos cases e respectivas soluções em um excelentes oficinas!

Garanta sua vaga!